

ANTONIO MENDES DA SILVA FILHO, Professor do Departamento de Informática da UEM, Doutor em Ciência da Computação, afirma que "Nos últimos anos, tem sido apregoado aos quatro cantos do Brasil a necessidade de se fazer a inclusão digital para aqueles indivíduos que não têm acesso às tecnologias de informação e comunicação ou simplesmente TIC's, como são mais comumente conhecidas. Três pilares formam um tripé fundamental para que a inclusão digital aconteça: TIC's, renda e educação. Não é difícil vaticinar que sem qualquer um desses pilares, não importa qual combinação seja feita, qualquer ação está fadada ao insucesso. Atualmente, segundo o Mapa de Exclusão Digital divulgado no início de Abril/2003 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) juntamente com outras entidades, aproximadamente 12% dos brasileiros têm computador em suas residências e pouco mais de 8% encontram-se conectados à Internet. Até quando continuará a inépcia do governo brasileiro? (se é que 'ele' tem qualquer real intenção de promover a inclusão digital). Ações de inclusão digital devem estimular parcerias entre governos (nas esferas federal, estadual e municipal), empresas privadas, organizações não governamentais (ONGs), escolas e universidades. Governos e empresas privadas devem atuar prioritariamente na melhoria de renda, suporte à educação bem como tornar disponíveis equipamentos à população. Algumas ações que podem ser promovidas pelos governos e empresas privadas incluem:

- * Disponibilizar acesso a terminais de computadores e correio eletrônico a toda a população;
- * Oferecer tarifas reduzidas para uso dos sistemas de telecomunicações;
- * Criar mecanismos de isenção fiscal, sem muita burocracia, para o recebimento de doações de computadores e equipamentos de infra-estrutura".

Com base nos dados fornecidos pelo Professor Antonio e em estudos posteriores, afirmo que muita gente vem confundindo inclusão digital com, simplesmente, a entrega de um monte de PCs a uma instituição, conectados à Internet. Como é que as pessoas vão usar, como vão fazer a manutenção, como vão poder tirar proveito disso - bem, aí é uma outra história. A exclusão sócio-econômica desencadeia a exclusão digital ao mesmo tempo em que a exclusão digital aprofunda a exclusão sócio-econômica. A inclusão digital deveria ser fruto de uma política pública com destinação orçamentária a fim de que ações promovam a inclusão e equiparação de oportunidades a todos os cidadãos. Neste contexto, é preciso levar em conta indivíduos com baixa escolaridade, baixa renda, com limitações físicas e os idosos. Uma ação prioritária deveria ser voltada às crianças e jovens, pois constituem a próxima geração.

Como muita coisa no Brasil, 'inclusão digital' virou moda, virou jargão, algo politicamente correto em que é de "bom tom" investir. Empresas de todo o tipo e o Governo, em suas várias instâncias, querem ter o seu programa de inclusão digital. Claro, isto é muito positivo, embora o brasileiro possa dispor desse recurso e facilidade. Caso esse indivíduo faça um uso modesto da linha telefônica para ter acesso a Internet, além de algumas ligações telefônicas ao longo do mês, tal uso resultará numa conta telefônica com valor mensal entre R\$ 40,00 e R\$ 50,00. Isto tudo considerando que ele tenha acesso a Internet através de algum provedor gratuito, dentre vários existentes. Adicionalmente, se o indivíduo quiser ter acesso a Internet, ele precisa dispor de um computador pessoal o qual tem um custo de, aproximadamente, R\$ 1.300,00. Se o indivíduo optar por financiar a compra do computador em 24 pagamentos, ele irá pagar uma prestação com valor médio de R\$ 95,00, resultando num custo total de R\$ 2.280,00 (o qual

compreende aproximadamente 10 salários mínimo).

Incluir digitalmente um grupo de pessoas significa, principalmente, utilizar a tecnologia para melhorar as condições de vida dessas pessoas. Não basta "alfabetizar" a pessoa em informática. É preciso mostrar como essa pessoa pode ganhar dinheiro e melhorar de vida através daquilo, de forma direta ou indireta. E é aí que a coisa pega, achar que aula de internet é inclusão social é um erro comum. Há casos de escolas, em todo o país, que recebem lotes de computadores que acabam nunca utilizados, seja porque não têm conexão com a internet, ou porque os professores não foram treinados, ou porque não há sequer quem instale as máquinas.

Claro, há iniciativas de sucesso em todo o Brasil. Mas elas ainda são minoria, frente à quantidade de computadores doados à toa, país a fora. A preocupação com a democratização do acesso é extremamente louvável. O problema é que, normalmente, não há um plano de ação por trás do projeto, não há critérios e, muito menos, indicadores, para que todo o esforço e dinheiro gastos não sejam mal aproveitados.

O mundo é movido à informação. Quanto mais subdesenvolvido o país, menor o acesso das populações ao conhecimento que, por outro lado, enriquece os países desenvolvidos. O Brasil, eternamente em desenvolvimento, perde espaço a cada ano em que não investe em projetos consistentes de inclusão social.

Um parceiro importante à inclusão digital é a educação. A inclusão digital deve ser parte do processo de ensino de forma a promover a educação continuada. Note que educação é um processo e a inclusão digital é elemento essencial deste processo. Embora a ação governamental seja de suma importância, ela deve ter a participação de toda sociedade face a necessidade premente que se tem de acesso a educação e redistribuição de renda permitindo assim acesso as TIC's. É ainda necessário o desenvolvimento de redes públicas que possibilitem a oferta de meios de produção e difusão de conhecimento. As escolas e universidades constituem também componentes essenciais à inclusão digital uma vez que diversos protagonistas (professores, alunos, especialistas membros da comunidade) atuam em conjunto para o processo de construção de conhecimento. Fica evidente que os três pilares do tripé da inclusão digital devem existir em conjunto para que ela ocorra de fato. De nada adianta acesso às tecnologias e renda se não houver acesso à educação. Isto porque o indivíduo deixa de ter um mero papel 'passivo' de consumidor de informações, bens e serviços, e então passa também a atuar como um produtor (de conhecimentos, bens e serviços).

É também imperativo que a inclusão digital esteja integrada aos conteúdos curriculares e isto requer uma reformulação do projeto pedagógico e matriz curricular atuais de ensino fundamental e médio e EJA. Deveria ser pré-requisito também na formação de profissionais dos cursos de Pedagogia, Licenciaturas e similares.

O Brasil tem condições de superar esse atraso e as vicissitudes existentes. Todavia, para que isso de fato ocorra, é preciso começar a fazê-lo hoje, ou melhor, ontem. Do contrário, as gerações vindouras continuarão com elevado índice de excluídos da era digital. A inclusão digital tem um tripé que compreende acesso a educação, renda e TIC's. A ausência de

Inclusão digital

Escrito por Olga Cristina Braga Goulart
Qua, 04 de Outubro de 2006 21:00

qualquer um desses pilares significa deixar quase 90% da população brasileira permanecendo na condição de mera aspirante a inclusão digital. Dentro deste contexto, considera-se que a inclusão digital é necessária a fim de possibilitar a toda a população, por exemplo, o usufruto dos mais variados serviços prestados via Internet. Hoje em dia, ter acesso a Internet significa acesso a um vasto banco de informações e serviços. Este imenso repositório de conteúdo e serviços merece e deve ser utilizado por toda população brasileira. É preciso que o governo, como principal protagonista, assuma o papel de coordenador e atue em conjunto com sociedade civil organizada a fim de assegurar o tripé da inclusão digital.